



REQUERIMENTO N.º , DE 2015.
(Da Sra. Maria do Rosário do Sr. Leo de Brito)

Requeremos Audiência Pública para discutir a PEC nº 171, de 1993, que “altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)”.

Senhor Presidente:

Senhor Presidente, requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, audiência pública para discutir a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 171 de 1993, que “altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)”, sugerindo-se a oitiva, desde logo, das seguintes autoridades:

1. **Jose Ignacio Cano Gestoso**, Professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador do Laboratório de Análise da Violência da UERJ.
2. **Representante da Pastoral Carcerária**
3. **Angela Guimarães**, Presidenta do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)
4. **André Kedhi**, diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD.

JUSTIFICAÇÃO

Requeremos a realização de audiência pública para amplo debate acerca do teor da PEC nº 171, de 1993, em razão da profunda alteração que deseja promover, simultaneamente, no sistema de justiça criminal e na política



desenvolvida para a adolescência em nosso País, cabendo ouvir a sociedade civil, juristas e acadêmicos, sobre a oportunidade e eficiência da medida de redução da maioridade penal.

A prática de atos infracionais por adolescentes tem colocado em questão as diretrizes da doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente, adotada pelo Estado brasileiro em seu texto constitucional e por tratados internacionais de direitos humanos, ratificados e promulgados. Contudo, exige-se uma reflexão maior dos impactos almejados pela redução da maioridade penal, no sentido de averiguar sua eficácia para o controle da criminalidade e reinserção social dos infratores, sob pena de retrocedermos na conquista de direitos fundamentais de sujeitos de direitos genuínos, que são as crianças e os adolescentes. Além disso, precisamos ter em conta se aplicasse ao caso o direito fundamental ao não retrocesso dos adolescentes entre 16 E 18 anos que seriam atingidos por tal medida.

Ainda que tenha sido aprovada a admissibilidade da matéria, ainda há dúvidas quanto à constitucionalidade de propostas deste teor e a oitiva de diversos atores de movimentos sociais, de representantes de órgãos públicos e de agentes políticos contribuirá inegavelmente para o bom desempenho dos debates nesta Comissão Especial.

Desta forma, propomos uma Audiência Pública para que se discuta a redução da maioridade penal a partir Da reflexão acerca do alto número de homicídios dos quais são vítimas os adolescentes brasileiros. Conto com o apoio dos demais parlamentares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de abril de 2015.

Deputada Maria do Rosário

PT/RS

Leo de Brito

PT/AC